**IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS (PPGEEI)**

**Porto Alegre, 06, 12, 13 E 14 de dezembro de 2024**

**HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DA POLÍTICA EXTERNA**

# Zapatismo além-fronteiras: O EZLN e as Relações Internacionais (1994-2024)

**Gabriela Oliveira Elesbão, mestranda**

Resumo

A presente pesquisa visa compreender a trajetória política do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em seus trinta anos de atuação no México (1994 a 2024). Esta análise será conduzida através da contextualização da conjuntura político-econômica da região latino-americana durante a década de 1990. A partir do reconhecimento de que o EZLN é um ator não-estatal de grande destaque na América Latina (DARLING, 2008; DINERSTEIN, 2010; QUIJANO, 2010; ROSS, 2019; ROCHLIN, 2020; WALSH, 2018), e considerando ainda, que emergiu no mesmo período em que o Acordo de Livre Comércio das Américas (NAFTA) foi implementado entre México e Estados Unidos (1994), a pesquisa visa compreender a influência do EZLN na política externa mexicana e sua visibilidade no cenário internacional. A hipótese central é que o Exército Zapatista, como um movimento insurgente e crítico ao neoliberalismo representado pelo NAFTA, desempenhou um papel significativo na formulação e nas negociações da política externa do México. Além disso, postula-se que a presença e as ações do EZLN no cenário internacional contribuíram para a projeção de sua mensagem política e para a articulação de questões relacionadas à autonomia dos povos indígenas e marginalizados em níveis globais. Dessa forma, a pesquisa busca analisar como o EZLN, por meio de suas atividades e narrativas, influenciou as decisões e as relações diplomáticas do México, ao mesmo tempo, em que se tornou um ator reconhecido no âmbito internacional, contribuindo para os debates sobre justiça social, direitos indígenas e alternativas políticas ao neoliberalismo. Para comprovar a hipótese, a metodologia será conduzida a partir da análise qualitativa para o mapeamento da ideologia do Exército Zapatista, seu contexto histórico, sua construção narrativa e influência internacional, fundamentada em análise bibliográfica e documental de artigos e trabalhos desenvolvidos sobre a temática, textos e panfletos lançados pelo EZLN e do Tratado de Livre Comércio da América do Norte.

## Introdução

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) é um movimento indígena e mestiço (Ramírez, 2008), cuja primeira aparição pública ocorreu em 1º de janeiro de 1994, em oposição ao NAFTA, assinado entre México, Estados Unidos e Canadá. Neste contexto, o movimento armado ocupou sete cidades do estado de Chiapas, no sul do México. A ideologia zapatista reflete influências do período colonial espanhol, a Revolução Mexicana (1910-1920), e é guiada pela ancestralidade Maia e pela Teologia da Libertação. O EZLN reivindica autonomia indígena e denuncia a marginalização das condições de vida e o acesso à terra como subsistência das populações rurais do país (Darling, 2008; Ramírez, 2008; Holloway & Peláez, 1998).

O surgimento do EZLN no México reflete a conjuntura latino-americana da década de 1990: um cenário de inserção internacional pós-Guerra Fria, marcado pela adoção do neoliberalismo, abertura de mercados e privatizações, resultando em desigualdade e marginalização, especialmente para populações indígenas e rurais. Assim, este artigo busca entender como as ações do EZLN impactaram a política externa mexicana desde 1994 até os dias atuais, sob uma perspectiva decolonial, reconhecendo a mobilização e a estratégia de comunicação do movimento na região (Darling, 2008; Dinerstein, 2013).

A relevância do estudo se justifica pela lacuna na investigação da relação entre o EZLN e o Estado mexicano, além da necessidade de aprofundar o entendimento das narrativas latino-americanas nas Relações Internacionais. No contexto da década de 1990, o NAFTA simbolizou a integração econômica da América Latina com a comunidade global, mas também revelou os impactos negativos nas comunidades locais, destacando a influência dos movimentos insurgentes na formulação de políticas externas (Cervo, 2000; Zanatta, 2012).

Este trabalho utiliza uma revisão bibliográfica sobre o estado da arte em temas como a política externa do México e o panorama histórico latino-americano desde os anos 1990. Combinado a esta revisão, realizamos também uma análise documental discursiva dos manifestos Zapatistas, lançados entre os anos 1990 e a primeira década dos anos 2000, a fim de compreender sua ideologia.

## A década de 1990 na América Latina

A partir do final da Guerra Fria, houve um consenso global sobre a necessidade de mudanças no Sistema Internacional, favorecendo a cooperação e interdependência entre os países. O neoliberalismo, já em ascensão desde a década de 1980 com líderes como Margaret Thatcher e Ronald Reagan, consolidou-se como a principal doutrina econômica global, promovendo a abertura de mercados e ajustes estruturais que, apesar de

impulsionarem o crescimento econômico, aprofundaram desigualdades sociais, especialmente na América Latina (Cervo, 2000; Fukuyama, 1992; Hobsbawm, 2016; Ibarra, 2011; Zanatta, 2012).

A globalização intensificou a interconexão entre mercados e trouxe avanços tecnológicos, mas a distribuição desigual de benefícios agravou disparidades socioeconômicas e marginalizou comunidades indígenas e rurais (Harvey, 2005). Na América Latina, as reformas neoliberais da década de 1990, embora esperassem superar a crise econômica dos anos 1980, resultaram em aumento das desigualdades e marginalização de setores historicamente excluídos (Cervo, 2000; Hobsbawm, 1994). De acordo com Cervo:

> O consenso neoliberal global postulava a implementação dos seguintes parâmetros de conduta por parte dos governos de todo o mundo: democracia, direitos humanos, liberalismo econômico, cláusula social, proteção ambiental e responsabilidade estratégica solidária tendo em vista a promoção de tais valores. Como este consenso representava o triunfo do centro capitalista – basicamente Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão – sobre as experiências socialistas e terceiro-mundistas, parecia ter que prevalecer. Assim entenderam os dirigentes latino-americanos dos anos noventa, que o abraçaram de corpo e alma, quase sempre de forma acrítica, diante de uma opinião pública dominada por pressões da imprensa, cuja informação vinha impregnada com os novos princípios. (CERVO, 2012, p. 6)

O México, sob Carlos Salinas de Gortari, aderiu a essas políticas, assinando o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) em 1994, o que gerou crescimento no setor exportador, mas também descontentamento social, especialmente em Chiapas. O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) insurgiu contra o neoliberalismo e a marginalização indígena, destacando a importância de reconhecer direitos territoriais e culturais e criticando as políticas que aprofundavam a exclusão social (Zanatta, 2012; Harvey, 2005).

O levante zapatista revelou a tensão entre a inserção neoliberal no Sistema Internacional e as demandas sociais por justiça e participação política. A insurgência trouxe visibilidade às lutas indígenas e ressaltou a necessidade de mudanças estruturais na região, questionando as hierarquias de poder impostas pelo colonialismo e promovendo uma abordagem crítica às políticas econômicas globais (Aguirre Rojas, 2017; Zanatta, 2012). Segundo Zanatta:

> As demandas sociais, com a reforma agrária em primeiro lugar, e as demandas étnicas, ou seja, o reconhecimento do direito da população indígena local a ampla autonomia e a governar-se com base em seus próprios costumes comunitários, foram os pilares do EZLN. programa. Era um pequeno exército (tinha cerca de 2.000 homens), composto em grande

> parte por camponeses indígenas, mas inspirado em seu líder informal, o Subcomandante Marcos, intelectual da cidade, famoso por suas hábeis e originais técnicas de comunicação. (ZANATTA, 2012, p. 240)

Outro aspecto importante acerca do Zapatismo associado à conjuntura na década de 1990 na América Latina, é que esta perspectiva ofereceu uma abordagem crítica para entender e enfrentar os desafios sociais, políticos e econômicos vivenciados na região. Destacando desta maneira, a necessidade de uma transformação profunda das estruturas civis e institucionais para alcançar uma verdadeira emancipação e justiça social.

Em resumo, o panorama político e social da América Latina na década de 1990 foi marcado por uma mistura de avanços democráticos, reformas econômicas, desafios sociais persistentes e movimentos de resistência que buscavam reivindicar identidades étnicas e culturais

**A conjuntura mexicana em 1990: Chiapas como reflexo do cenário mundial**

Os anos 1990 no México foram marcados por mudanças políticas e econômicas que culminaram na insurgência do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em Chiapas. A implementação de políticas neoliberais e a entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) acentuaram as desigualdades sociais e intensificaram o descontentamento em regiões historicamente marginalizadas, como o sul mexicano, uma região com forte presença indígena e dependência econômica do setor agrícola.

A história do México de longa duração pode ser descrita a partir da disputa entre os grupos conservadores e liberais. Desde o estabelecimento do Estado-nacional mexicano, as elites debatem sobre a modernização ou a tradição. (Barbosa, 2010) A trajetória política do país, desde a Revolução de 1910 até a hegemonia do Partido Revolucionário Institucional (PRI), é marcada por tensões entre balizadas por esses grupos sociais. Embora o PRI tenha inicialmente promovido reformas importantes, ao longo das décadas, sua administração tornou-se sinônimo de corrupção e repressão. Conforme explicado por Ackerman:

> O PRI emergiu como um partido de massas no México, em regiões com maior concentração de terras e conselhos comunitários fragilizados, influenciado pelas diferenças regionais, nos interesses e nas exigências organizacionais dos camponeses, mas sua hegemonia no poder, evidenciou desafios na redução da corrupção e do crime organizado, com um legado de respeito limitado pelo Estado de Direito. (ACKERMAN, 2021, p. 43)

As políticas do PRI frequentemente beneficiavam uma elite econômica e política, enquanto vastos segmentos da população, especialmente os setores rurais e indígenas, permaneceram marginalizados. A falta de políticas inclusivas gerou um crescente sentimento de injustiça e descontentamento. A corrupção endêmica das gestões priistas, com inúmeros casos de desvio de recursos públicos, nepotismo e enriquecimento ilícito por parte de oficiais do partido, minou a confiança da população nas instituições governamentais. (Rocha, 2018)

Este descontentamento, acumulado ao longo de décadas, resultou em um desejo crescente por mudança. A população ansiava por um governo mais transparente, democrático e inclusivo. Este sentimento foi catalisado pela crise econômica, as políticas neoliberais e a emergência de movimentos de resistência, que colocaram em evidência as falhas do PRI. (Figueiredo, 2003) Ainda, o México observou uma crescente demanda por reformas democráticas: a sociedade civil, os movimentos estudantis, sindicatos independentes e outros grupos pressionaram por eleições livres e justas, transparência governamental e respeito aos direitos democráticos.

Nesse contexto, a assinatura do NAFTA simbolizou o compromisso do governo mexicano com a economia global: uma renúncia que trouxe consequências severas para a população rural, como a revogação da reforma agrária e a perda de acesso às terras ejidais. Refletindo as consequências da conjuntura político-econômica do México e da região latino-americana em geral, Chiapas enfrentava consequências das decisões administrativas voltadas para a neoliberalização: a assinatura do NAFTA aconteceu oficialmente em 1992, mas desde o ano anterior, o governo de Carlos Salinas de Gortári havia imposto a Lei de Reforma Agrária (1991), que encerrava a utilização dos ejidos pelos camponeses do país, cedendo lotes para investimento estrangeiro. (Speed, 2011) De 3,2 milhões de habitantes chiapanecos, 90% garantia seus rendimentos a partir da comercialização de seu plantio. Conforme Elias:

> Chiapas, sabemos, são *muitas* Chiapas. Mas a partir de 1º de janeiro de 1994, parecia haver apenas duas versões do Estado. O verdadeiro Chiapas; a da pobreza e marginalização ancestrais, a do abandono de uma federação que parecia só se lembrar dela de seis em seis anos como reserva garantida de votos; aquele lugar que no futuro e graças a uma localização geográfica privilegiada, será chamado a tornar-se um espaço de defesa estratégica, tanto econômica como soberana, face aos desafios colocados pela exploração eficaz de recursos extraordinários numa fronteira privilegiada por natureza. Este Chiapas que no passado recente só preocupava como objeto de consumo das lentes solícitas de turistas e antropólogos ávidos por cartões postais indígenas. (ELIAS, 1996, p. 189)

Além disso, a região enfrentava altos índices de mortalidade infantil, dificuldades de acesso a serviços básicos como atendimento à saúde, educação e administração pública.

A desnutrição e a inexistência de saneamento básico pioraram o contexto da população. Outras consequências, como a migração e o êxodo rural, impulsionados pela falta de oportunidades econômicas e pela deterioração das condições de vida, evidenciam a fragilidade do tecido social e econômico da região, elucidam as disparidades em relação a outras regiões do país. O descontentamento crescente com a marginalização e a desintegração das políticas agrárias históricas manifestou-se na insurgência do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) (Rocha, 2020). De acordo com León:

> A gota que derramou o copo das condições anteriores foi claramente a reforma do artigo 27 constitucional. Nas condições particulares de Chiapas, essa reforma foi vista de duas maneiras: para os camponeses significava o cancelamento de uma distribuição agrária que até o momento havia sido lento e desastroso, mas que oferecia pequenas porções de esperança. A solução para eles não dependia, então, da ação mediadora do Estado, este se retirava e teriam, então, que lutar com suas próprias forças, contra os diversos grupos que tentavam despojá-los ou negá-los de suas terras, sobre as quais, tinham ademais, inegáveis direitos históricos. Para os possuidores de terras, [...] a medida salinista representava a esperada luz verde para acabar de uma vez por todas, com a secular resistência campesina, uma vez que agora não contavam apenas com o apoio do governo, mas também, com o ansiado aval jurídico, para modernizar a região à sua maneira. (LEÓN, 1995, p. 154)

A luta dos zapatistas, ao reivindicar justiça agrária, autonomia e resistência contra a dominação corporativa, não apenas refletia as contínuas injustiças enfrentadas pelas populações indígenas e camponesas, mas também desafiava as narrativas dominantes sobre desenvolvimento e modernização. A seguir, será explorado o projeto político do EZLN, que se apresenta como uma resposta crítica e transformadora às dinâmicas de poder estabelecidas e às políticas econômicas que moldaram a realidade do México nas últimas décadas.

**Política externa do México: rupturas e permanências**

Desde a segunda metade do século XX, o México passou por transformações significativas em sua política externa, refletindo as mudanças econômicas, políticas e sociais no cenário doméstico do país e no cenário global. Partiremos da década de 1980, quando a crise da dívida impõe desafios econômicos significativos, forçando o México a adotar políticas de ajuste estrutural sob a orientação do FMI e do Banco Mundial: foi a partir deste período que ocorreu a grande transformação na política externa mexicana: os governos de Miguel de la Madrid e, posteriormente, o de Carlos Salinas de Gortari, adotaram um processo de liberalização econômica. (Velasco, 2010)

As reformas neoliberais incluíram a privatização de empresas estatais e a liberalização do comércio. Este período culminou na assinatura do Tratado de Livre

Comércio da América do Norte (NAFTA) em 1992, um marco na associação econômica do México com os Estados Unidos e o Canadá. O NAFTA não apenas transformou a economia mexicana, mas também marcou uma mudança significativa na política externa do país, estreitando os laços econômicos e políticos com os EUA (Leah, 2017)

Ao longo das três décadas de escopo da pesquisa, a aproximação com os EUA foi um tema central na política externa do México. Desde a assinatura do NAFTA até as negociações do Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA), a relação com os Estados Unidos moldou a estratégia diplomática e econômica mexicana, refletindo tanto a busca por integração econômica quanto a necessidade de enfrentar desafios bilaterais complexos.

Durante os primeiros anos do século XXI, o México continuou a aprofundar sua integração econômica com os Estados Unidos, buscando expandir sua rede de acordos comerciais e reforçar sua presença em fóruns internacionais. No entanto, a relação com os EUA apresentou algumas tensões ao longo do tempo: a crescente violência relacionada ao narcotráfico e questões de segurança passaram a dominar a agenda política externa (Franzoni, 2018) Durante a presidência de Donald Trump, as relações bilaterais enfrentaram desafios adicionais, especialmente devido a questões de imigração e comércio. O México se viu forçado a negociar novos termos, resultando no USMCA, que substituiu o NAFTA em 2020 e tentou equilibrar as demandas e expectativas dos três países envolvidos.

A década de 2020 trouxe novos desafios e prioridades para a política externa mexicana. A pandemia de COVID-19 destacou a necessidade de cooperação internacional em saúde pública e recuperação econômica. O governo de Andrés Manuel López Obrador (AMLO), iniciado em 2018, enfatizou uma política externa baseada na soberania nacional e no respeito aos direitos humanos, buscando equilibrar as relações com os Estados Unidos e fortalecer os laços com outros países latino-americanos.

No contexto apresentado, a política externa do México e a rebelião Zapatista estão relacionadas, especialmente ao conectarmos as pressões internacionais exercidas por instituições mediadoras globais. O EZLN mobilizou a atenção internacional para as questões de direitos humanos e a marginalização das comunidades indígenas em Chiapas, gerando uma repercussão global que não poderia ser ignorada pelo governo mexicano. A rebelião destacou as falhas do modelo neoliberal promovido pelo NAFTA, que, embora beneficiasse a economia nacional em termos de comércio e investimento, agravou as desigualdades sociais e econômicas no país. (Phillips, 2019)

Na década de 2000, as Instituições internacionais, como as Nações Unidas e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, começaram a exercer pressão sobre o México para abordar as denúncias de violações de direitos humanos e melhorar as

condições de vida das populações indígenas. A visibilidade global da rebelião Zapatista forçou o México a reavaliar sua política externa, não apenas para defender sua imagem internacional, mas também para responder às crescentes críticas e demandas por justiça social.

Um exemplo da visibilidade internacional adquirida pelo conflito entre Zapatistas e o Estado mexicano foi a visita de observadores internacionais, para averiguar a condução da resolução do conflito e o respeito aos direitos humanos com as comunidades indígenas, nos anos de 1994 e 2001. (Ramírez, 2008)

A partir de 2010, o EZLN continuou a desenvolver suas comunidades autônomas, focando em áreas como educação, saúde e agricultura sustentável. As escolas e clínicas autônomas se tornaram símbolos da resistência Zapatista. Apesar dos avanços, o EZLN enfrentou desafios contínuos, incluindo conflitos com paramilitares, pressões governamentais e dificuldades econômicas nas comunidades. Nesse momento, a relação com o governo mexicano continuou a ser crítica, mas manteve indiretamente sua influência quando André Manuel Lopez Obrador assumiu a presidência, em 2018. Ao longo desta administração, foram lançados o Programa Nacional dos Povos Indígenas e a Reforma Educativa (incluindo as línguas indígenas no currículo escolar), desenvolvido a partir da consultoria com diversos grupos sociais do país, incluindo militantes do Exército Zapatista de Libertação Nacional. (Demuner, 2017)

A política externa mexicana, portanto, passou a incluir um foco maior em direitos humanos e questões indígenas, buscando mitigar as críticas e melhorar sua imagem global. A resposta do governo às demandas Zapatistas, influenciada pelas pressões internacionais, resultou em negociações e acordos que tentavam atender algumas das reivindicações do EZLN, enquanto equilibrava as exigências econômicas e comerciais impostas pelo NAFTA e seus parceiros norte-americanos.

## O projeto político do Exército Zapatista de Libertação Nacional (1994-2024)

O surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional foi resultado de um contexto complexo, envolvendo a inserção internacional do México, a partir da necessidade de desenvolvimento doméstico somado à opressão e marginalização causadas por essa inserção, nas populações indígenas e camponesas do sul do país. Assim, entendemos que o movimento surgiu em decorrência das dificuldades encontradas pelos indígenas para realizar a manutenção de seu modo de vida com a terra e, pela determinação dessas populações em lutar contra as medidas neoliberais adotadas pelo governo mexicano desde o início dos anos 1980. (Dinerstein, 2009)

A fundação do EZLN aconteceu na selva Lacandona, no estado de Chiapas, ao sul do território mexicano. O grupo manteve suas operações clandestinamente por toda a década de 1980, organizando as comunidades indígenas de ascendência Maia da região (*Tzotzils, Tzetals, Tojolabals, Chols, Mams e Zoques*) e conscientizando sobre a necessidade de resistir contra as políticas governamentais estabelecidas pelo México ao longo desse período (Ramírez, 2003); além da influência dos movimentos socialistas e comunistas do período de Guerra Fria, os Zapatistas inspiram-se no legado de Emilio Zapata, líder da Revolução Mexicana e mantém uma forte conexão com a Teologia da Libertação, além de seguirem preceitos da cosmologia Maia. (Darling, 2018)

O projeto político do EZLN possui nuances bastante específicas, caracterizadas pela herança colonial disciplinatória, deixada a partir da organização das haciendas espanholas e do sincretismo religioso da cosmologia indígena com o cristianismo. Essa valorização da subjetividade de seus membros, aliada à formulação de iniciativas políticas baseadas em uma herança da revolução mexicana, transformam esse movimento em uma iniciativa única na América Latina. O Exército Zapatista promove um projeto político baseado na valorização da autonomia indígena e camponesa, respeitando sua subjetividade e transformando-a em um pilar para a reivindicação de direitos, sem negar o passado colonial, mas criando um novo horizonte a partir dele. Conforme exposto abaixo, por Dinerstein (2009):

> O cerne da novidade do zapatismo é o projeto de mudar o mundo sem tomar o poder: 'Queremos mudar o mundo, mas não tomando o poder, não para conquistar o mundo, mas para fazê-lo de novo' (Holloway, 2002). Isso não significa simplesmente, como sugerido por Cohen e Arato (1997), que os zapatistas são uma 'revolução autolimitada' que mostra uma 'autocompreensão que abandona os sonhos revolucionários em favor de uma reforma radical que não é necessária e primariamente orientada para o estado' (citado em Barker, 1997: 493). A revolução deles não é de fato orientada para o estado, mas é movida pela vontade de alcançar a auto-realização, de recuperar a capacidade humana de trabalhar e criar em solidariedade com a intenção de satisfazer necessidades essenciais, de recuperar o futuro. A obtenção da autodeterminação, solidariedade e auto-realização são incompatíveis com a lógica do poder estatal e do dinheiro. A noção de poder dos zapatistas é a de contrapoder. (DINERSTEIN, 2009, p. 20)

O programa político do movimento não é baseado apenas na reivindicação dos direitos indígenas e pela autonomia das comunidades zapatistas, mas também contra a marginalização e a desigualdade geradas por um sistema econômico global que prioriza os lucros sobre as pessoas. Esta perspectiva é evidenciada nas declarações e ações do EZLN, que enfatizam a necessidade de justiça social, democracia participativa e o respeito

às culturas e modos de vida tradicionais. A luta pela terra, nesse contexto, é considerada como central, uma vez que envolvia aspectos materiais relacionados às condições de vida e sustento desses grupos e, aspectos subjetivos, como a necessidade de recuperar terras cujo pertencimento aos indígenas era caracterizado pela sua ocupação ancestral histórica. Conforme explicitado na Quarta Declaração da Selva Lacandona (1996):

> Muitas palavras caminham pelo mundo. Muitos mundos se fazem. Muitos mundos nos fazem. Há palavras e mundos que são verdades e verdadeiros. Nós somos feitos por palavras verdadeiras. No mundo do poderoso não cabem mais que os grandes e seus servidores. No mundo que nós queremos, cabem todos. O mundo que queremos é um onde caibam muitos mundos. A Pátria que queremos construir é uma onde caibam todos os povos e suas línguas; que todos os passos a caminhem, que todos a riam, que todos a façam amanhecer. Falamos à unidade inclusive quando calamos. Baixinho e debaixo da chuva, falamos as palavras que encontram a unidade que nos abraça na história e faz rejeitar o esquecimento que nos enfrenta e destrói. (EZLN, 1996)

A atuação do Movimento Zapatista é caracterizada pelo enfoque na resistência e na busca pela autonomia. Esses dois conceitos são largamente usados nas comunidades do Movimento e oferecem perspectivas importantes para compreensão de seu projeto político. De acordo com Davis (1981) a resistência pode ser entendida como a ação coletiva que busca desafiar e transformar estruturas de poder dominantes, promovendo mudanças sociais e políticas em prol de direitos, igualdade e justiça. Essa resistência pode se manifestar de diversas formas, incluindo protestos, mobilizações, ocupações e a promoção de alternativas ao *status quo.* No contexto Zapatista, a resistência é entendida como o desenvolvimento de um processo de escuta como manutenção da democracia, a fim de desenvolver alternativas capazes de superar a caridade e as políticas de “dependência social”, promovidas pela administração estatal em relação aos indígenas. Conforme explica o Comandante Moisés, representante do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena:

> Cada povo indígena, cada etnia, tem seu próprio governo. Mas deixe-o governar com a sua própria autonomia e não há necessidade de alguém esmagar ou manipular. Como povos indígenas, precisamos da nossa própria autonomia, precisamos dessa identidade, dessa dignidade, também. Dignidade de viver e respeito. (C.C.R.I – C.G do EZLN, 4 de fevereiro de 1994).

A epistemologia zapatista contribui significativamente para as teorias de democracia participativa, oferecendo um modelo onde a tomada de decisões é inclusiva e descentralizada. Através das Juntas de Buen Gobierno e das assembleias comunitárias, os zapatistas demonstram a possibilidade construir um sistema político representativo e responsivo às necessidades das pessoas, fortalecendo a coesão social e a solidariedade.

Consideramos importante ressaltar que o Movimento Zapatista possui três atores, em instâncias diferentes: o Exército Zapatista de Libertação Nacional é o órgão político-militar da organização, sendo liderado pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (esta separação entre Exército e Administração, será explicada a seguir); além disso, compõe o movimento, as sete diferentes comunidades indígenas assentados ao longo do território Zapatista; por fim, são também considerados parte do movimento, a sociedade civil nacional e internacional, apoiadora dos Zapatistas. (Espinoza, 2006)

As estratégias de ação adotadas pelo Movimento ao longo de sua trajetória, podem ser divididas em quatro eixos: 1) diálogo com a elite política mexicana, 2) diálogos e encontros com outros movimentos, a fim de alinhar frentes de reivindicação contra a corrupção e às políticas capitalistas do governo do México, 3) convocação de congressos, visitas e reuniões para aproximação da sociedade civil nacional e internacional e 4) desenvolvimento autônomo de recursos para garantir a subsistência das comunidades indígenas assentadas. (Espinoza, 2006; Ramírez, 2005)

O EZLN propõe uma transformação social plural, baseada na multiplicação de atores e na coexistência de diferentes formas de organização política. A ideia do "bom governo" e das "sociedades civis" não visa homogeneizar as forças de mudança, mas sim abrir espaço para uma atuação coletiva que respeite a diversidade e a autonomia dos participantes. Esse modelo permite a ação conjunta sem a necessidade de suprimir a identidade de cada grupo ou comunidade. As Juntas de Bom Governo são, assim, um exemplo de unidade na diversidade, agindo como instâncias de coordenação que não centralizam poder ou impõem mandatos, mas que respeitam as decisões das bases, promovendo uma forma mais democrática e inclusiva de organização política. Conforme explica Raúl Ornellas (2005):

> Não se trata de unificar e homogeneizar (hegemonizar?) as forças da mudança social sob diretrizes gerais (o programa), nem direções centrais (o partido), mas de ampliar os espaços e as formas de intervenção no processo emancipador. A grande força da experiência zapatista reside em que pode demonstrar, na contracorrente dos discursos e das práticas das organizações políticas, que é possível atuar unitariamente sem suprimir a diversidade dos participantes. Nesse sentido, as Juntas de Bom Governo são uma instância de ação unitária, e não um mecanismo de uniformidade, na medida em que não centralizam poderes ou mandatos das instâncias de base (assembléias, Municípios Autônomos). (ORNELLAS, 2005, p. 151)

Dessa forma, o Movimento Zapatista emerge como uma experiência revolucionária singular na América Latina, combinando resistência anticolonial, autonomia indígena e práticas democráticas participativas. A trajetória do EZLN ilustra um projeto político que busca reimaginar a organização social e econômica, valorizando a diversidade cultural e

promovendo a construção de um futuro mais inclusivo. Ao desafiar as lógicas de poder tradicionais, os zapatistas não só articulam a luta pela terra e pela dignidade das comunidades indígenas, mas também oferecem ao mundo um modelo inspirador de organização autônoma e sustentável, no qual o respeito à pluralidade se torna a base para uma convivência democrática e justa.

## Considerações finais: contribuições Zapatistas para a democracia participativa e a justiça global na política externa mexicana

A insurreição Zapatista influenciou a conjuntura doméstica do México, ao advogar pela construção de uma sociedade baseada em ideais democráticos, onde todos os cidadãos têm algo a ensinar e a aprender. No contexto mexicano de perpetuação do Partido Revolucionário Institucional no poder, bem como, de acirramento das políticas neoliberais, o movimento foi bem-sucedido ao refletir as demandas das populações rurais e originárias e encontrar apoio nos setores trabalhistas, religiosos e médios da população mexicana, pressionando pela transição democrática do país.

> Nesse sentido, o zapatismo colocou no centro do debate político nacional as reivindicações relativas à legitimidade dos direitos dos povos indígenas do país e não apenas do povo de Chiapas, mas também contribuiu para a mobilização, abrindo espaços de diálogo e encontro para que os povos indígenas reafirmassem suas identidades em torno do reconhecimento constitucional de suas demandas. Outro aspecto relevante, não menos importante, é que as reivindicações zapatistas não só permaneceram no âmbito nacional, mas adquiriram um caráter universal, quando outros povos e/ou minorias do mundo se identificaram com os rebeldes, o que se reflete no apoio internacional e solidariedade que chega às comunidades. Pouco depois de declarar guerra, os zapatistas preparavam-se para falar. (SÁNCHEZ, 2011, p. 158)

Além disso, as contribuições do EZLN para a política externa mexicana se refletem em sua capacidade de internacionalizar o discurso sobre justiça social e direitos humanos. O movimento zapatista questionou as políticas neoliberais que integravam o México ao mercado global, destacando os impactos negativos dessas políticas nas comunidades vulneráveis. Com isso, o EZLN trouxe à tona um debate sobre a necessidade de modelos alternativos de desenvolvimento que respeitem as culturas locais e promovam a equidade.

A solidariedade global que o movimento angariou também pressionou o México a se posicionar mais claramente sobre questões de direitos humanos no cenário internacional.

Na transição democrática do país, o EZLN desempenhou um papel relevante ao enfraquecer a hegemonia do PRI e ao estimular uma cultura de participação cidadã e *accountability*. A ênfase zapatista na autonomia e no diálogo incentivou a criação de

espaços onde as comunidades pudessem expressar suas demandas e exigir políticas que fossem realmente representativas. O movimento, com suas estratégias de resistência e mobilização, contribuiu para um ambiente político mais plural e inclusivo, pavimentando o caminho para reformas que favoreceram uma transição democrática mais robusta e centrada na dignidade dos povos.

**Referências bibliográficas:**


AGUIRRE ROJAS, Carlos Antônio. O que são os movimentos antissistêmicos? Revista Eletrônica História em Reflexão. Dourados, v. 7, n. 13, jan-jun. 2013.

ALKMIN, Fabio. Por uma geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México. 195 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. A revolução mexicana. São Paulo: Unesp, 2010. 136 p.

BARTRA, Armando. De rústicas revueltas: añoranza y utopía en el México rural. Proceso agrario en Bolivia y América Latina. La Paz: CIDES-UMSA, Plural Editores, 2003.

CAMPOS. R. S. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. Polis. 2019.

CASTELLANOS Guerrero, Alicia; López y Rivas, Gilberto. Autonomías y movimiento indígena en México: debates y desafíos Alteridades, vol. 7, núm. 14, 1997, pp. 145-159 Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa Distrito Federal, México.

CECEÑA, A. E., Barreda, A. Chiapas y sus recursos estratégicos, Chiapas, n. 1, México: IIEc, UNAM-Ediciones ERA, 1995, p. 53-99.

CERVO, L. A. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. 2000

DARLING, V. Movimientos de resistencia al neoliberalismo en América Latina: el recto de la construcción de utopias en el siglo XXI. Dissertação, 200 fls. – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade do México, Cidade do México, 2008.

DARLING. V. La episteme zapatista: otra forma de ver el mundo y hacer política. Revista de Relações Internacionais. v. 5, n. 3, 2019. p. 78-94

DEMUNER, D. M. M. A internacionalização do Movimento Zapatista: a presença da solidariedade da classe transnacional em Chiapas. Estudos Internacionais, v. 5, n. 3, 2017. p. 73-89

DINERSTEIN. A. C.; The speed of the snail: the zapatista's autonomy de facto and the Mexican state. 2010

FIGUEIREDO, G. G. A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN. 2003. 366 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FUENTES, Waldo Lao. Autonomía indígena: el caso del reconocimiento de la autonomía regional en Nicaragua y de la resistencia autónoma del movimiento Zapatista en México. 2019. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

GONZÁLEZ Esponda, J., Pólito Barrios, E. Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista, Chiapas, n. 1, México: IIEc, UNAM-Ediciones ERA, 1995, p. 101-123.

GUTIÉRREZ, Diana I.L. El arcoíris terrestre como universal posible desde el zapatismo. Revista Argumentos. México: UAM- XOCHIMILCO, Ano 26, n. 73, set.- dez. 2013

HOLLOWAY. J.; PELÁEZ. Eloina. Zapatista! revolution in Mexico. Londres: Pluto Press. 1998, 213 p.

IBARRA. David. O neoliberalismo na América Latina. Revista de Economia Política. v. 5, nov. 2011. p. 235-270

LÓPES Bárcenas, Francisco. ¡La tierra no se vende! Las tierras y los territorios de los pueblos indígenas en México. México: COAPI/IMDEC/TOSEPAN/CECCAM, 2015.

MAIZ, Ramon. The Indian heart of the nation: the evolution of the political discourse of the EZLN in Mexico (1993-2009). In Latin American and Caribbean Ethnic Studies. v. 5, nov. 2010 p. 245-272 DOI: 10.1080/17442222.2010.513827

MARES, David R (ed.). Routledge handbook of Latin American Security. New York: Routledge, 2016. 386 p.

MARTÍNEZA Espinoza, Manuel Ignacio. Las juntas de buen gobierno y los caracoles del movimiento zapatista: fundamentos analíticos para entender el fenómeno RIPS. Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas, Santiago de Compostela, v. 5, n. 1, 2006, p. 215-233.

MIGNOLO, W.; Walsh, C. On decoloniality: concepts, analytics, praxis. Duke University Press Books, 2018. 304 p.

MORA, M. Producción de conocimientos en el terreno de la autonomía. La investigación como tema de debate político. In: Luchas "muy otras". Zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas, de Bruno Baronnet, Mariana Mora Bayo y Richard Stahler-Sholk, número 16 de la Colección Teoría y Análisis de la DCSH de la UAM-Xochimilco, 2011.

ORNELLAS, R. A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento. Ed. Clacso. 2005

RAMÍREZ. A. The fire and the word: a history of the Zapatista movement. San Francisco. Ed. The City Light Books. 2008. 580 p.

ROCHA, Otávio Gomes. Reflexões sobre a etnicidade da luta pela terra no México entre o capitalismo e o colonialismo. Revista Pegada. vol. 19. n.2. maio-agosto/2018 Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5590 Acesso em 30 de março de 2020

ROSS, Nicholas. Authority, legitimacy and support for armed groups: a case study of the Ejército Zapatista de Liberación Nacional. Civil Wars. DOI: 10.1080/13698249.2019.1604934

SILVEIRA, Renata F. Apontamentos sobre as territorialidades zapatistas. In: Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. São Paulo: PROLAM/USP, 2016. Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/SILVEIRA_SP01-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9ricaLatina.pdf. Acesso em 15 agosto 2024

SPEED, S. Ejercer los derechos/reconfigurar la reistencia en las Juntas de Buen Gobierno zapatistas. In: Luchas “muy otras”. Zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas, de Bruno Baronnet, Mariana Mora Bayo y Richard Stahler-Sholk, número 16 de la Colección Teoría y Análisis de la DCSH de la UAM-Xochimilco, 2011.

WALSH, C. Pensamiento critico y matriz (de)colonial: reflexiones latinoamericanas. Revista da UASB. n. 16, 2005. p. 12-32

WILLIAMS, Phill. Violent non state actors and national and international security. International Relations and Security Network. Zurich: ISN, 2008.

ZANATTA, L. Historia de América Latina: de la colonia al siglo XXI. Ed. Siglo XXI. 2012

Fontes:

EZLN. Primeira Declaração da Selva Lacandona. Chiapas, México. 01 de janeiro de 1994. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/blocos/questaozapatista/primeiradeclaracao.html Acesso em: 01 de junho de 2024.

EZLN. Segunda Declaração da Selva Lacandona. Chiapas, México. 01 de janeiro de 1994. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/blocos/questaozapatista/segundadeclaracao.html Acesso em: 01 de junho de 2024.

EZLN. Quarta Declaração da Selva Lacandona. Chiapas, México. 01 de janeiro de 1994. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/blocos/questaozapatista/quartadeclaracaoselva.html Acesso em: 01 de junho de 2024.

EZLN. Quinta Declaração da Selva Lacandona. Chiapas, México. 01 de janeiro de 1994. Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/lacandona5.htm Acesso em: 01 de junho de 2024.